



# Royalties sob alerta máximo

Desde a semana passada, um movimento liderado pelo deputado federal Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) envolvendo sobretudo as bancadas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e do Nordeste ameaça derrubar toda a operação montada por Espírito Santo e Rio de Janeiro para recuperar as perdas com a nova lei do petróleo no pré-sal.

Integrantes da bancada federal capixaba avaliam que é altíssimo o risco de o combinado com o presidente Lula ser detornado, principalmente por causa da vantagem numérica: o movimento já conta com a adesão de quase 300 parlamentares.

“Se o governo não ajudar, ficará muito difícil. Se formos para o embate numérico estamos em desvantagem”, reconhece o deputado Lelo Coimbra (PMDB), que foi suplente da comissão criada para debater o regime de partilha.

Uma pausa para entender melhor a polêmica: como se viu, a proposta que institui o regime de partilha na exploração do pré-sal acaba com a participação especial paga aos Estados produtores.

Além disso, o relator da matéria na comissão especial da Câmara reduziu o percentual dos royalties de 22,5% para 18%.

**Quanto mais próximo da eleição for votado o projeto que envolve os royalties, mais difícil será manter nele a mudança pactuada com o presidente Lula. O debate eleitoral dificulta a negociação**

Com isso, a perda de receita para os produtores seria de mais de 73% em relação à regra atual. A União ficaria com a grande maioria dos recursos, obviamente.

Depois da intensa mobilização das bancadas e dos governadores do Espírito Santo e Rio, o presidente Lula definiu o percentual de royalties para os Estados produtores em 25%.

Mas agora o que quer o movimento dos insurgentes? Aumentar o repasse de royalties para os Estados não produtores de petróleo. E inclusive com os recursos dos 28% do pré-sal já licitados, para os quais ainda vigoram as regras atuais, do regime de concessão.

Ao avaliar o assunto, Lelo considera que o embate tem

forte componente eleitoral. “A tese de que só o Rio ganha, porque sediou os jogos pan-americanos e ganhou as Olimpíadas, por exemplo, é um palanque maravilhoso.”

O senador Renato Casagrande (PSB), que participou das negociações com o governo e lideranças da Câmara, faz uma avaliação semelhante: “A tese de dividir com todos é muito simpática. Todo mundo acha que tem direito a mais recursos. E a nossa tese, de um valor mais alto para os produtores, é antipática”.

Diante desse novo cenário de alto risco, o que resta ao Estado? Por enquanto, os parlamentares federais vêm conversando com o ministro das Relações Institucionais, José Padilha, fazendo pressão para que o governo cumpra o acordo fechado com Lula e os governadores Paulo Hartung e Sérgio Cabral (RJ).

Como a rebelião ocorre na base governista, cabe ao Palácio do Planalto debelá-la. Mas será que haveria real disposição para tanto? Ainda não dá para saber se o governo estaria por trás do movimento, incitando novamente a guerra entre os Estados produtores e não produtores.

Pode ser, ainda que indiretamente, considera Lelo. Ele lembra que no início, o governo deixou a “corda solta”,

estimulando o conflito, que agora virou um problema remanescente.

Nas articulações na Câmara, a bancada pressionou para votar o regime de partilha e a alteração nos royalties na próxima semana, na terça ou quarta-feira. A intenção inicial dos líderes da Casa era que esses temas fossem os últimos a ir a plenário, após a votação dos projetos sobre o fundo soberano e sobre a capitalização da Petrobras.

Se os royalties fossem votados por último, certamente as chances de revés seriam muito maiores. Mas o fato é que por enquanto, os Estados produtores pressionam o governo. Em último caso, dizem os parlamentares, o caminho será se juntar à oposição e obstruir a votação.

Uma tarefa também difícil, porque o governo tem maioria no plenário. O último caminho, caso o acordo com Lula seja mesmo rasgado de vez até no Senado, será o Estado apelar para a Justiça.

Tudo indica que a votação na próxima semana será algo próximo de um vale-tudo, uma batalha campal, se embate seguir nesse ritmo. E o fato é que o pacto com o presidente Lula não garantiu nada.

## Cena política

Em um almoço recente, o prefeito Neucimar Fraga (PR) se encontrou com o secretário Guilherme Dias, que já foi ministro no governo do tucano Fernando Henrique. O prato principal, bobó de camarão, foi

servido em panelas de barro com formas de estrela e de peixe. Ao ver que Dias recusou a iguaria, Neucimar comentou: “A estrela é do PT e o peixe, do PSC. Se fosse um tucaninho, ele aceitava”.

**Sem limites.** O deputado Lelo Coimbra (PMDB) considera que o debate sobre as regras do petróleo do pré-sal ganha ares de insanidade. O Estado de Pernambuco, por exemplo, não é produtor de petróleo, ganhou a disputa por uma refinaria, e teve seu repasse de royalties aumentado. E mesmo assim ainda briga para receber mais.

**Perspectiva.** Uma sondagem feita por setores do PT estima que o deputado Givaldo Vieira, atual presidente do partido, e o subsecretário nacional de Direitos Humanos, Perly Cipriano, vão para o segundo turno da eleição no partido, realizada amanhã em todo o Estado.

**Eleição partidária.** Além de Givaldo e Perly, também estão na disputa do PT o secretário de Trabalho e Ação Social, Tarciso Vargas,

e o ex-deputado José Baioco.

**Fiscalização.** A procuradora de Justiça Catarina Cecin Gazele comenta a coluna de ontem sobre o governo adotar medidas para garantir o bom uso dos royalties do pré-sal. Ela lembra que desde a gestão do hoje desembargador José Paulo Calmon no Ministério Público, a instituição realiza audiências públicas para indicar como e onde as verbas dos royalties serão usadas.

**Atuação.** Catarina lembra ainda que, quando foi chefe do MPES, aparelhou as Promotorias de Justiça em todo o Estado e criou o Grupo Especial de Trabalho de Proteção à Ordem Tributária, GETPOT, ainda em atuação. Essas medidas, acrescenta a procuradora, aumentaram a fiscalização às fraudes ao fisco e ao uso do dinheiro público.